



Educação crítica: espaços de resistência e de esperança democrática

Com imenso prazer apresento aos educadores e educadoras o Número 46 da *Revista Eletrônica Pesquisaeduca*.

Cada edição nasce do desejo de compreender, com sensibilidade e rigor, a prática pedagógica em sua tessitura com as teorias educacionais e com as políticas públicas que a tensionam.

É nesse movimento que reafirmamos a urgência da reflexão crítica: ela nos ajuda a ler o mundo, a desvelar as contradições do presente e a vislumbrar novos caminhos. A dialética entre denúncia e anúncio, sempre presente em nossos números, renova-se agora em novos anúncios de esperança e transformação.

As políticas públicas recentes têm refreado, por diferentes meios, os movimentos de autonomia do professor e a potência criadora das práticas pedagógicas. Sob o discurso da eficiência e da padronização, multiplicam-se decretos e diretrizes que tentam reduzir o trabalho docente a protocolos, competências e resultados mensuráveis, esvaziando o sentido ético e político da formação humana. O tempo presente testemunha um avanço da racionalidade tecnocrática que busca domesticar o pensamento, silenciar a crítica e converter o ato de ensinar em mera aplicação de modelos.

No entanto, é precisamente nesse cenário que a educação revela sua força e sua resistência. Em escolas, universidades, grupos de pesquisa e coletivos docentes, multiplicam-se gestos de insubmissão e práticas que afirmam outras formas de ensinar, de aprender e de conviver. São experiências que brotam de lugares cotidianos, muitas vezes invisibilizados pelas políticas oficiais e que reencantam a docência como práxis criadora, ética e emancipatória. A esperança, aqui, não é o contrário da crítica, mas sua extensão: uma esperança ativa, que se constrói no enfrentamento das contradições e na reinvenção das práticas.

O professor, ao criar, reflete, questiona e transforma. Sua autoria é uma forma de resistência epistêmica e política diante da avalanche de prescrições e de modelos que tentam sufocar o pensamento. Nas escolas e universidades, mesmo pressionadas por sistemas de avaliação e controle, encontram-se muitas práticas que fogem ao esquema prescrito, funcionando como espaços de diálogo, de escuta e de transformações pedagógicas onde o humano ainda se põe como centro da prática pedagógica. Essa vitalidade demonstra que, apesar do controle institucional e do peso das políticas que desvalorizam o trabalho intelectual docente, a formação crítica não se extingue: ela se reinventa.

O que a *Pesquisaeduca* reafirma neste número é que a educação crítica não é apenas um conceito teórico, mas uma experiência de resistência cotidiana. É o professor que cria suas próprias estratégias para dar voz aos estudantes; o pesquisador que se recusa a reduzir o conhecimento à técnica; a comunidade escolar que insiste em fazer da escola um lugar de encontro e de sentido. É nesse entrelaçamento de ações, reflexões e afetos que a esperança democrática se renova.

A educação, quando crítica, é sempre um ato de confiança no humano. Paulo Freire já nos lembrava que não há docência sem amorosidade, no entanto, é preciso coragem para ousar e transgredir. Educar/ensinar na perspectiva freireana, é assumir a responsabilidade de transformar o mundo. E essa transformação começa na recusa em tratar o aluno como objeto que apenas *copia e cola* e na apostila na humanidade de cada qual e de tod@s e sempre no enfrentamento das desigualdades que atravessam o cotidiano escolar.

Em um país que resistiu a novos autoritarismos e reafirmou sua vocação democrática, a docência torna-se ainda mais necessária como lugar de reconstrução do comum. Formar-se criticamente é aprender a ler o mundo com rigor e com ternura; é compreender que a escola é também território político, onde se disputam sentidos e projetos de sociedade.

Assim, este número 46 da *Revista Pesquisaeduca* se inscreve na tradição da pedagogia crítica e da pesquisa-ação pedagógica: uma prática de investigação comprometida

com a transformação das realidades educacionais e com a dignidade dos sujeitos que as habitam. Ao reunir textos que interrogam políticas, problematizam práticas e reimaginam possibilidades, reafirmamos nossa convicção de que a educação crítica é o mais potente espaço de resistência e de esperança democrática.

O artigo de **Ademir Henrique Manfré** inaugura a edição com uma análise contundente da *Resolução CNE/CP nº 04/2024*, denunciando o esvaziamento da formação crítica na docência. Ao interrogar as concepções subjacentes às novas diretrizes, o autor convoca-nos a pensar a formação como *contraconduta*, como gesto ético de resistência à /Na sequência, **Wilma de Nazaré Baía Coelho e Milena Farias e Silva** discutem os limites e potencialidades da *Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)* no currículo do Ensino Médio do Pará, evidenciando a ausência de especialistas e a necessidade de uma política efetivamente antirracista, que vá além da mera formalidade curricular.

Lisete Funari Dias, Bianca Maria de Lima e Lorena Garces Silva analisam o *Novo Ensino Médio* como expressão de um projeto político de controle curricular e privatização simbólica do espaço escolar. Com base na Abordagem do Ciclo de Políticas, revelam as forças econômicas e privadas que colonizam o sentido público da educação.

Na mesma direção crítica, **Danielle Muniz Macario Monteiro e Andreza Lima** investigam as *representações sociais do currículo integrado* no Ensino Médio Integrado, mostrando como os professores percebem o desafio da integração como horizonte de formação integral e de superação da fragmentação disciplinar.

O texto de **Marta Luciane Fischer e Alex Aparecido da Silva** amplia o debate ao articular *Comunicação Não-Violenta (CNV) e Bioética*, propondo a educação como espaço de deliberação coletiva e cultivo da paz. Ao mesmo tempo, desvela o potencial da CNV para formar sujeitos empáticos, críticos e engajados em práticas socioambientais sustentáveis.

O ensaio de **Lisley C. Gomes da Silva e Leiny Gomes da Silva Leite** nos convida a compreender o *conflito pedagógico* não como ruptura destrutiva, mas como condição necessária para o surgimento de práticas críticas. Inspiradas em Paulo Freire, as autoras relembram que o diálogo é o caminho para transformar a contradição em consciência.

Em diálogo com essa perspectiva emancipatória, **Wagner Marcelo Pommer** traz um mapeamento inédito das pesquisas brasileiras sobre *autoria docente*, destacando a escassez de estudos que abordem o professor como autor de sua prática e de seu pensamento. A autoria aparece, aqui, como ato político de enunciação e de autonomia.

O estudo de **Valdir Antonio Vitorino Filho, Meire Ramalho de Oliveira e Hugo Antonio Lima de Souza** amplia o espectro metodológico da edição ao discutir

jogos de empresas como estratégias de aprendizagem ativa. Embora situado no campo da Administração, o texto nos provoca a pensar o entrelaçamento entre teoria, prática e mediações tecnológicas no ensino superior.

A delicadeza do artigo de **Kátia Oliveira da Silva e Joanna de Paoli** devolve-nos à infância: *a criança que se imagina* é a metáfora viva da potência estética e criadora da experiência humana. A partir do diálogo entre Gadamer e González Rey, as autoras mostram como a imaginação é fundante da subjetividade e da educação sensível.

Marilda de Souza e Rivail Vanin de Andrade, em *Planos de ensino em ação*, refletem sobre a educação ambiental na escola básica, afirmando o planejamento pedagógico como espaço de colaboração, criatividade e construção de competências socioambientais críticas.

Na fronteira entre história e política, **Luiz Eduardo Oliveira, Kate Constantino Oliveira e Júlia Nunes** resgatam, em *A Corte e as Províncias*, o processo de criação das Cadeiras Públicas de Francês no Império do Brasil. O artigo ilumina tensões entre centralização e autonomia provincial, revelando as raízes coloniais da disputa pelo poder educacional.

Encerrando o número, **Guadalupe Corrêa Mota** apresenta a resenha do livro *Os Desafios da Revolução Digital*, de Ladislau Dowbor, cuja tese sobre o “rentismo digital” problematiza o extrativismo informacional e a apropriação privada do conhecimento. A resenha amplia o horizonte de crítica social ao situar a educação na luta pela soberania cognitiva e pela necessidade premente de o pesquisador em educação repensar seu papel social nestes tempos de reconfiguração do capitalismo e da centralidade do conhecimento neste cenário emergente.

Este Número 46 reafirma, assim, a vocação da *Revista Pesquisaeduca* como espaço de pensamento livre, plural e comprometido com a dignidade humana. Em tempos de crise civilizatória e de colonização do espírito, cabe à pesquisa educacional reacender o gesto de indagação e a esperança de transformação. Que esta leitura inspire resistências, produza inquietações e fortaleça, em cada educador e educadora, a certeza de que a educação crítica continua sendo prática mais radical do exercício da liberdade.

Desejo a tod@s uma leitura crítica e emancipatória

Maria Amélia do Rosário Santoro Franco

Editora-Chefe